

CLIPPING IMPRESSO

03/10/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
1.2. OBRAS / REFORMAS.....	2
1.3. PROCESSO SELETIVO.....	3
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	4
2.2. INSTITUCIONAL.....	5
2.3. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	6

ESTADO MAIOR

E MAIS

- O desembargador aposentado Raimundo Cutrim - irmão do conselheiro do TCE Edmar Cutrim - passou mal ontem e acabou envolvido em um acidente de carro no Centro de São Luís. Não houve feridos. Apenas danos materiais.

PH

PERGENTINO HOLANDA

ph@mirante.com.br
@holandaph

**DE
RELANCE**

Novo Fórum de P. Dutra

Minha cidade natal vive hoje um dia mais que especial com a inauguração do novo Fórum da Comarca de Presidente Dutra, num prédio recém-construído. O evento contará com a presença do vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, que fará a entrega do novo Fórum construído em terreno doado pela Prefeitura de Presidente Dutra.

Novo Fórum de P. Dutra 2

O fórum uma área de 2,3 mil m², sendo que só de área construída são 905,81 m². A estrutura dispõe de espaço para duas varas judiciais, que incluem gabinete do juiz, secretaria judicial, atendimento, arquivo, copa, sala de audiência e assessoria; Turma Recursal, distribuição, protocolo, banheiros para servidores e jurisdicionados, salas para oficiais de justiça, OAB e Ministério Público, Salão do Júri e seus anexos para 89 lugares, além de estacionamento. A Comarca foi instalada em fevereiro de 1965.

Para onde vão os desempregados?

LOURIVAL SEREJO

A matemática e a estatística têm sido aliados dos estudos sociais por alertarem para situações nem sempre percebidas pela sociedade e pelos governantes. Nenhum gestor responsável, hoje, pode ignorar a avaliação dos números, principalmente se exerce um cargo político.

Esta crônica se vale da comparação de números para acionar o botão de alarme da questão do desemprego.

Nosso Tribunal de Justiça realizou concurso para preenchimento de 63 vagas de servidores. Para esse número irrisório de lugares, inscreveram-se 98 mil candidatos. Como milhares não pagaram as inscrições, o número ficou reduzido para 65 mil. Foram, portanto, 65 mil candidatos, concorrendo por 63 vagas, respeitadas as respectivas divisões por cargos. Antes, os concursos eram locais ou, no máximo, regionais. Hoje, não, são nacionais. Inscrevem-se candidatos de todos os rincões do país.

O que significam esses números?

Não há maior alarme social do que esse para alertar os governantes sobre o índice de desemprego no Brasil e o perigo que esse problema representa para a estabilidade social e econômica da sociedade.

Pressionados pelo desemprego, os jovens tendem a buscar qualquer tipo de alternativa para superarem a situação em que se encontram. Dentre essas opções, surge o crime, de braços abertos para acolhê-los.

Criou-se uma Força Nacional para combater a violência; os Secretários de Segurança reúnem-se constantemente para discutirem políticas de repressão ao crime; o Ministério da Justiça oferece apoio aos estados nessas ações e, agora, está pedindo apoio econômico da Fiesp e

de bancos oficiais para essas medidas; a imprensa denuncia diariamente atos de violência praticados em todos os cantos do país.

E para combater o desemprego, o que se anda fazendo? Desemprego também é violência. Violência contra a dignidade do cidadão, contra seu direito ao trabalho. Já calcularam as situações de jovens desempregados sem celulares, sem roupas, sem tênis, sem poderem ir a uma festa, sem poderem beber uma cerveja nos finais de semana, sem poderem ir a um estádio de futebol, sem nada, sem nada. Alguns mais desesperados circulam pelas ruas como zumbis.

A cada progresso da inteligência artificial, o desemprego tende a aumentar. Essa proporção cruel vai piorar as coisas. Por mais que se evite assumir uma postura negativa, esses números aqui expostos confirmam o aspecto - ou espectro? - alarmante da situação.

O desemprego, que é um problema político, pode tornar-se um caso de polícia, uma vez que o destino de muitos jovens, principalmente os mais pobres, é acabar, mais cedo ou mais tarde, numa prisão qualquer, acusados da prática de algum crime, levados pelo ócio ou pelo desespero.

Lembrem-se daquele político do Império: "Façamos a revolução antes que o povo a faça"? Já imaginaram essa massa de desempregados ocupando as ruas como em 2013? Será que levarão flores nas mãos?

Os números desproporcionais do concurso do Tribunal de Justiça expõem uma das causas mais imediatas da criminalidade: o desemprego. Será preciso mais evidência para deduzir-se que é a clientela de desempregados que aumenta as fileiras do crime?

Quisera estar errado, como se estivesse pregando profecias de Cassandra, ao pintar esse quadro negro do futuro. Mas o problema do desemprego não está sendo levado a sério no Brasil. Se os líderes políticos tivessem mais compromisso com a República, não estariam dormindo sossegados.

Revogada decisão que suspendeu julgamento de processos que tratam da promoção de militares

Decisão proferida pelo desembargador Vicente de Castro revogou a suspensão do julgamento dos processos – em trâmite no Judiciário do Maranhão – que tratam da promoção de militares no Estado.

Com a decisão, os juízes e desembargadores podem saltar a ordem cronológica de julgamento (CPC, artigo 12 II) e aplicar imediatamente as teses fixadas pelo Tribunal, proferindo julgamentos de improcedência liminar (CPC, artigo 332 III) e decisões monocráticas na própria Corte (CPC, artigo 932 IV c). A partir de agora, todos os processos que contenham controvérsias abarcadas pela temática jurídica discutida no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – cuja admissibilidade foi confirmada em sessão plenária jurisdicional do Tribunal de Justiça do Maranhão – retornarão a sua regular

tramitação no Estado.

Na sua decisão, o desembargador Vicente de Castro afirmou que caso os processos continuassem em estado de sobrestamento (suspensão), os jurisdicionados que se postam como litigantes nas ações sofreriam sérios prejuízos. O magistrado ressaltou que o prazo estabelecido pelo Código de Processo Civil (CPC) para o julgamento deste tipo de ação é de um ano.

Com a decisão do desembargador Vicente de Castro, a Secretaria do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) e da Comissão Gestora de Precedentes encaminhou ofício a todos os magistrados do Estado, comunicando a revogação da suspensão dos processos que tratam da promoção de militares, para que sejam retomados os julgamentos dos feitos relativos ao Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.

Informe JP

Magistrados contra lei de abuso

O portal de notícia G1 (das organizações Globo) fez um levantamento em que aponta que 39 decisões judiciais já seguem as novas regras da lei de abuso de autoridades, ainda que elas só comecem a valer em janeiro de 2020.

As deliberações seriam em protesto contra a derrubada pelo Congresso dos vetos do presidente Jair Bolsonaro à lei. Os magistrados estariam protestando libertando criminosos.

Ex-juiz federal, o governador Flávio Dino diz que se for essa a motivação os magistrados agem sem convicção sobre o papel do Judiciário.

“Em sendo essa a motivação, temos um sintoma de que juízes não confiam no Judiciário, já que caberá a este julgar eventuais acusações de abuso de autoridade. Ou seja, seria mais um indicador das graves anomalias que invadiram a aplicação do Direito no Brasil”, argumentou o governador.

Uma dessas decisões, tomada por uma juíza de Garanhuns, no interior de Pernambuco, revogou a prisão preventiva de 12 acusados de integrar uma organização criminosa.

Na decisão, a juíza Pollyanna Maria Barbosa disse que se tornou crime manter alguém preso quando cabe soltura ou medida cautelar. A reanálise do caso foi feita antes mesmo de a lei de abuso de autoridade começar a valer. **(DO PORTAL VERMELHO, COM INFORMAÇÕES DO DCM)**

Conciliação em Mirador

Projeto agrega parcerias e abre negociações para instalação de posto fixo

O projeto Conciliação Itinerante tem agradado muito a população e órgãos dos locais por onde tem passado, mas ainda é capaz de surpreender a equipe do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (Nupemec/TJMA) a cada nova parada. Foi o que aconteceu na Comarca de Mirador, a 489 km de São Luís. Assim que chegou à Praça São Bento, próximo à Igreja Matriz, o juiz coordenador do Núcleo, Alexandre Abreu, percebeu que a parceria, feita pela segunda vez com a Defensoria Pública do Estado, contava com mais aliados no evento.

“Mais uma vez fomos surpreendidos pela agregação de serviços. O município, compreendendo este momento, trouxe para cá, não apenas as suas equipes de assistência social, para orientar na cidadania, mas também equipes de saúde”, destacou Alexandre Abreu.

O juiz coordenador do Nupemec também elogiou a ação do juiz da Vara Única da Comarca, Néelson Araújo, que destinou diversos processos para coleta de material e identificação de DNA, além de outras audiências de Juizados Especiais e de Família. Alexandre Abreu ainda comemorou, no final da tarde, o encontro que teve com o secretário de Administração do município, Jolberth Lima.

“A Secretaria de Administração, conhecendo o projeto, percebendo a simplicidade do investimento para um resultado tão grandioso para a sociedade, compromete-se a fazer, em Mirador, um posto permanente de conciliação. Mais uma vez, a sociedade é vitoriosa, porque os órgãos e os poderes públicos se reúnem para fazer o melhor possível em nome do cidadão”, exaltou.

Mirador foi o segundo município visitado pelo projeto Conciliação Itinerante em sua 3ª etapa. A Comarca tem, aproximadamente, três mil processos em tramitação, sendo cerca de metade pendente de julgamento, segundo o juiz Néelson Araújo. “É um trabalho extremamente relevante. A Comarca de Mirador estava precisando de um trabalho como esse”, afirmou o juiz sobre o projeto.

O secretário Jolberth Lima considera imediata a possibilidade de instalação do posto permanente no município. “Começamos essa parceria hoje aqui, com o Tribunal de Justiça e Defensoria, e temos total interesse de manter essa parceria, porque a população precisa”.

Enquanto as ações e conversas sobre parcerias se alinhavam, moradores da região procuravam os conciliadores, em busca da solução de seus conflitos.